

Gênero e Política Pública: Mito e Realidade da Participação no Brasil

Género e Política Pública: Mito y Realidad de la Participación en el Brasil

Fabiane Medina da Cruz

Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Grupo de Pesquisa Antonio Gramsci – GEA.
Pesquisa financiada pela FUNDECT/CAPEES. E-mail: medinafabicruz@yahoo.com.br.

Artigo originalmente apresentado no *III Seminário Internacional de los Espacios de Frontera (III Geofronteras)*, Universidad Nacional de Itapúa (UNI), Encarnación (Paraguay), 8 a 10 de setembro de 2015.

Disponível on-line em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica>

Resumo - O presente trabalho foi pensado no sentido de contribuir com o entendimento sobre aspectos da configuração da relação entre Feminismo, Estado e Participação Política que envolvem os movimentos sociais de mulheres que atuam no Brasil hoje (2015), tendo em vista que a finalidade é compreender mais de perto essa relação. Neste sentido, a escolha do tema de pesquisa elegeu o processo político das Conferências de Políticas Públicas para as Mulheres nos municípios do interior do país que expressa a atuação da Secretaria Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres no espaço governamental da política de gênero. O intuito é inquirir o modelo de participação fomentado pelo estado brasileiro e apoiado pelo movimento feminista nacional, sobre a situação das mulheres rurais e indígenas nas políticas públicas de gênero.

Palavras-chave: Movimento feminista; Participação política; Brasil; Estado neoliberal.

Resumen – Este estudio fue planificado para contribuir con la comprensión de los aspectos de la configuración de la relación entre el Feminismo, Estado y participación Política que involucran los movimientos sociales de mujeres que actúan en el Brasil de hoy (2015), dado que el objetivo es entender más de cerca esta relación. Con este sentido, la elección del tema de investigación escogió el proceso político de la Conferencia de Políticas Públicas para las Mujeres en los municipios del interior del país, que expresa el trabajo de la Secretaría Nacional de Políticas Públicas para las Mujeres en la esfera de gobierno sobre la política de género. El objetivo es poner en duda el modelo de participación promovido por el Estado Brasileño y apoyado por el movimiento feminista nacional, sobre la situación de las mujeres rurales e indígenas en las políticas públicas de género.

Palabras clave: Movimiento feminista; Participación política; Brasil; Estado neoliberal.

Introdução

Dentro das possíveis controvérsias que abrangem as tensões de paradigmas no feminismo destacamos desde pronto as seguintes ressalvas: A entrada em massa das mulheres no mercado de trabalho durante o século XX, não foi suficiente para efetivar a emancipação das mulheres (MÉSZAROS, 2002). Assim, de acordo como se ancorou o principal objetivo do movimento feminista, na guinada para a segunda onda de articulações, e como ainda é recorrente entre os anseios feministas, a corrida pela posição “protagonista” no mercado de trabalho em atingir metas dentro do ranking pelas posições da ocupação dos espaços desse mercado segregador, não fez (e nem fará) da mulher um sujeito mais completo e melhor realizado no espaço público.

Em síntese, “participação” tem se tornado a palavra de ordem das mobilizações dos movimentos sociais em todos os níveis da articulação. Entretanto, lamentavelmente, o ato de participar nem sempre está associado à reflexividade de *pra quê* e *para quem* estamos buscando maiores espaços, nem maiores poderes.

Tomemos como emblema dos argumentos apresentados acima, o exemplo do 1º encontro “Cana, substantivo feminino”¹, que regozija as conquistas da equidade de gênero, pelo fato de poder contar com mulheres ocupando funções de destaque em “todas” as áreas do setor sucroenergético. As tarefas que ressaltam esse substantivo envolvem, principalmente, a condução feminina do maquinário para colheita. Publicidades como esta, são sintomáticas de que se temos algum planejamento de emancipação das mulheres em curso, talvez precisassem rever os caminhos que estamos trilhando para que isso aconteça.

A pauta atual feminista por equidade de gênero nos espaços de poder, no Brasil, nos leva a entender que faz parte da conquista histórica por direitos da mulher assumir postos de trabalho que estão relacionados com a força física e estereótipo masculino de personalidade. Essa disputa física de capacidade de trabalho é um tema recorrente na produção literária do feminismo e a encontramos também no material que subsidia a política para a mulher dos órgãos governamentais dos estados e municípios do país. Chamo atenção que esse tipo de veiculação da campanha feminista reforça a legitimidade do sistema capitalista em explorar o trabalho de serviços das classes mais pobres, agora alinhando mulheres, que já são uma margem significativa na expropriação dos direitos por dignidade no trabalho. Pois, ao invés de valorizar o trabalho derivado do espaço doméstico estamos abrindo mais um espaço precarizado de mão-de-obra feminina. E além, estamos sequer contestando esse tipo de produção e os danos que ele impõe às mulheres, homens e meio ambiente.

Todavia, se nos encontrarmos imersas por esse viés na ideia de “correção dos efeitos do patriarcado”, logo, a principal estratégia que nos mobilizará como levante feminista será a malograda opção de identificar os espaços onde a mulher esta excluída, ou 'mal representada' (do ponto de vista da imagem/estereótipo), para que assim sejam formuladas metas de reversão desse quadro, ou em outras palavras, de ocupação dos espaços patriarcais de poder, subsidiando uma nova cultura em que as mulheres passem a agir de acordo com o gênero masculino, ou, que ajam como homens para conseguirem um espaço num mercado de trabalho cruel e devastador. Pelo entendo dessa proposta, seria reforçar a carga física do corpo/mente da mulher, ao invés de refrear o mercado de atividades degradantes e subhumanas que vão contra a dignidade e os direitos humanos. Conquanto, tal como podemos observar, não nos parece que seja necessária a atuação feminista no reforçamento da exploração do trabalho, uma vez que, é bastante notória o sucesso da atuação capitalista neste esquema.

Entrementes, identificamos que essa tática de inclusão é a tática principal que norteia as políticas públicas para o setor de gênero, e pode ser vislumbrada nos textos oficiais que figuram nas conferências e nos planos de políticas para as mulheres do feminismo governamental. Observado por esse ponto, até que as metas feministas nacionais não se parecerão tão controversas, se prestarmos atenção que o apelo pela “equidade” se traduz em reservar espaços em lugares onde os homens estão historicamente dominando o cenário. O que discursos como este nos deixa claro é que abrir espaços na sociedade para as mulheres não significa a mesma coisa para quem está 'fora' do ambiente de elite. Já que quem está por trás da política de gênero é uma camada de intelectuais de setores de elite, que quando fala de empoderamento não está alcançando que na periferia, ou no interior, não significa a mesma coisa, pois os espaços de poder vão verter-se ao universo feminino, pelo contrário, a mulher é que deverá imbuir-se de 'qualidades' e 'forças' que são reconhecidas como masculinas.

A sensação que nos desperta desse ponto de partida é que temos o sujeito masculino enquanto alvo exclusivo da autonomia da mulher. Nesse caso, será mais objetivo atribuímos a esse sujeito (imbuído do comportamento intrínseco da masculinidade), a culpa pela história de violência e aniquilamento da subjetividade feminina dos espaços públicos e de poder e aparelhar nossas mulheres para agir como um homem no cenário de poder. Em síntese, agir como um homem aqui pode ser entendido como ser cruel, violento e relativizar

suas metas de vida de acordo com sua ambição profissional. Significa abandonar a subjetividade feminina para sentirmo-nos 'competentes' para o trabalho precarizado.

Esse argumento é um prato cheio para o desenvolvimento do capitalismo, pois reforça o domínio cultural do Estado neoliberal na organização da sociedade de forma imperialista e nos advoga o dever como seres bem-sucedidos de dominar para não sermos dominados. Esse é um argumento arcaico de tipo 'Leviatã', isto é, que pressupõe a natureza humana uma natureza animal e cruel que defende o seu 'bem-estar' atacando o bem-estar do outro. E ainda mais, pensando dessa maneira, estaremos protegidas (e logo, mascarando o pensamento) de refletir que os fatos que envolvem a exclusão e violência estão conectados a estruturas muito mais complexas de opressão e subalternização dos sujeitos na organização capitalista.

Pois, segundo Safiotti (2013), o modo de produção capitalista lança mão da tradição (patriarcal da sociedade) para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços. Por isso, do ponto de vista do plano estrutural, à medida que se desenvolvem as forças produtivas a mulher é "progressivamente marginalizada das funções bem-sucedidas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção". Isso quer dizer que, a sociedade capitalista e patriarcal não prescinde, entretanto, do trabalho das mulheres das camadas inferiores. Mas, a inferiorização social produzida e alimentada pelo modo capitalista produção favorece o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho precarizado (SAFIOTTI, 2013, p. 66).

Safiotti que é uma feminista brasileira que esteve especialmente atenta ao antagonismo dentro do movimento social das mulheres no Brasil, descreveu que há um reformismo que emana do interior do movimento feminista, assumindo este, um caráter pequeno-burguês, que se contenta com conquistas de direitos formais restritos, apelando às insuficientes avaliações de autonomia. Destaca a autora, que "na verdade não existe um feminismo autônomo", no que tange a opressão exclusivamente de gênero, como pressupõe grande parte do pensamento feminista hoje que procura rotular suas estratégias de mobilização "desvinculado de uma perspectiva de classe". Pois, a solidariedade entre as consciências das mulheres, acabam por estar relacionadas à condição socioeconômica que cada uma procura defender (GONÇALVES, 2011).

De acordo com isso, consideramos que o tipo de mobilização que se apresenta no Brasil do movimento feminista, se caracteriza pelo envolvimento elitizado entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que não visa contemplar uma aproximação da participação com as camadas populares da periferia do Brasil.

No Brasil, à maneira como o movimento feminista articula suas metas de participação na política de gênero, inclui a adoção da estratégia de converter-se em instituições e inserir-se nos organismos de gestão de Políticas Públicas, junto a secretarias e ministérios em nível nacional, estadual e municipal de maneira pouco crítica sobre desafios e limites dessa atuação. Singelamente, acredita-se, que esta é uma maneira eficiente para trabalhar a reversão da condição histórica da falta de oportunidades à mulher na sociedade, a partir do lócus político. Entendemos que o escopo do que é político para essa visão, resume-se à figura do Estado-nação.

E a partir dessa instância trabalha no sentido de criar meios para reformular a ampla gama de atitudes cotidianas que desprivilegiam mulheres da cobertura da cidadania. Sendo recorrente concentrar as energias em ações que vão da capacitação dos setores de saúde, até campanhas de equidade de gênero em ambientes empresariais e institucionais. Nesse sentido, fazer opção pelas "ações afirmativas" significa aparelhar-se por medidas legislativas que visa eliminar estereótipos de gênero que circundam as relações nos ambientes sociais e domésticos. Consequentemente, as ações não conseguem transcender dos problemas da pequena política, ou seja, fica enredada nas pequenas disputas interpessoais e partidárias, assim como demonstrado em Cruz (2015).

Procuramos pontuar com esse breve exposto, que existem estratégias diferentes de influir no resultado do ambiente da política, que vão de fatores que se configuram pelo êxito ou fracasso das ações, como também dos modos como se relacionam as mobilizações populares, com a estrutura do Estado, tanto quanto, com o esqueleto legislativo, e até mesmo, com o grau de abertura do sistema político que impulsiona. Podendo ainda o resultado das mobilizações ser fruto da concorrência entre os diferentes interesses que se encontram dispersos dentro o jogo político, conforme está prescrito por Lalander (2010), a cerca da mobilização de recursos do movimento étnico no Equador. Outras visões para a mobilização de inclusão étnica que envolve o feminismo pode ser assistido no caso de subversão zapatista, ou ainda, podemos citar os caminhos que o feminismo vem encontrando na Bolívia ao encontrar-se com a realidade étnica da localidade, é preciso com isso dizer, que o colaborar com o estado-nação é um caminho antagônico à autonomia.

Relegamos que a visão fecunda empreendida por Lalander serve para compreender melhor o processo de envolvimento de determinada localidade e suas respectivas articulações no campo da política, pois chama atenção para o fato de que é importante considerar o contexto histórico do sistema geral analisado, os pequenos processos que conformam eventos maiores de expressão nacional da corrente política e conseqüentemente, a maneira como se expressa a natureza organizativa dos grupos sociais que participam do pleito participativo. O trabalho mencionado suscita um entendimento minucioso sobre a necessidade dos movimentos sociais realizarem um estudo sistemático do 'terreno' ao qual vai investir suas metas, para, assim conhecer profundamente as suas possibilidades de ação objetiva.

As conferências de políticas públicas para as mulheres é um exemplo que queremos apontar, que não trata desse fator, pois o tipo de mobilização que empreende não ultrapassa as limitações impostas pelo Estado-nação, quero dizer que a atuação da equipe feminista no governo encontram ramificações dentro do Estado e colaboram com a planificação da identidade nacional que exclui sujeitos de fora da visão 'urbanocêntrica' de sociabilidade, quando faz isso, segrega mulheres de fora da cidadania metropolitana, ao mesmo tempo em que oferece oportunidades de o Estado ramificar-se dentro das articulações ditas "autônomas" dos movimentos sociais.

Os movimentos sociais que se encontram envolvidos nesse processo adotam uma postura veemente em relação ao envolvimento que estabelece com a política nesse contexto. Criando uma crescente sensação de reciprocidade entre as forças estatais e coletivas.

Nos últimos dez anos que se seguiram no Brasil, muito se têm falado em como esses 'fenômenos participativos' têm contribuído para mobilizar a sociedade. Assim, os efeitos em relação à perspicácia da ação desses entes coletivos em preencher numerosas plenárias pelo país vêm sendo exaltados, sem que uma preocupação crítica com a eficácia dessas ações sejam criadas. Nesse meio termo, assistimos, junto à teoria social, uma crescente bibliografia que revigora esse tipo de mobilização, realçando insistentemente a sua versão positiva. Impondo uma opinião pública absoluta sobre os avanços de linhagem progressista de mentalidade política no país.

No entanto, optamos por moderar o grau de entusiasmo para pensar essa história a partir de uma parte da formação, ou, das bases que sustentam esse cenário. Para tanto, a pergunta central deste trabalho é: como se inserem nesses eventos as mulheres das classes subalternas? Ou melhor dizendo, como é tratada a militância de base dos movimentos sociais, isto é, as mulheres de longe do cenário político principal ao qual o feminismo levanta a voz, como é a reação da elite política do feminismo nacional com as mulheres da periferia geográfica e social, ou seja, as mulheres que estão na periferia das cidades, as mulheres rurais e as mulheres indígenas? Sabemos que o estado-nação não se preocupa com a vida desses atores. E pelo contrário, exige, por meio das escolas e outros aparelhos de repressão, que elas assimilem-se no projeto de cidadania nacional e se

esforcem para enriquecer essa nação. Por tudo isso, indagamo-nos: qual é a posição do feminismo nacional oficial (e hegemônico), frente isso tudo?

Balanco de Pesquisa:

Durante o trabalho que foi origem da pesquisa de mestrado (CRUZ, 2013-2015/UFGD), percebeu-se que a participação política de gênero se ancora pelo destacado nível de protagonismo das mulheres no universo público e político, sendo recorrente o ato de contagem de quantas mulheres ocupam cargos de chefia ou quantas mulheres dos segmentos sociais 'diferentes' estiveram presente nas conferências. De forma que, cada uma das presenças dos 'segmentos sociais' da plenária é realçada em função da perspicácia do modelo de participação do governo. Porém, depois desse momento efêmero, no dia-dia das mulheres, esse mesmo governo distancia-se, a ponto de conformar-se em lenda o argumento da participação. O mesmo ocorre com o feminismo de estado, que depois da promoção desse ato de 'cidadania' retorna aos assuntos de bastidores e ali se dilui o seu entendimento do significado da política pública de gênero. Por tudo isso, considerando o exame de casos como esse da (falta de) expressividade das mulheres indígenas e camponesas nas políticas de empoderamento, revelam que a cidadania construída pela sociedade civil da abertura democrática ainda exclui de seu potencial efetivo, um bloco que aglutinam mulheres trabalhadoras rurais, negras e indígenas. Isso nos aponta, que a tríade entre capitalismo, racismo e patriarcado, apontado por Safiotti como o problema central do feminismo no Brasil, ainda não está em consonância com sua matéria principal.

Por conseguinte, a autora compreende que só a partir da tripla camada de discriminação que envolve reflexões inseparáveis entre patriarcado, racismo e capitalismo, desvendaremos que as desigualdades entre homens e mulheres estão situadas numa ordem determinada pela produção, troca e consumo, que vão além das evidências das percepções simbólicas da produção das subjetividades entre homens e mulheres. Mesmo porque os sujeitos, masculino e feminino estão ambos construídos pelo esquema concorrencial da identidade que exclui e inviabiliza a existência do outro. E que tais analogias não se configuram em detalhes (Id. Ibid.).

Mulheres e Democracia: o Passo a Passo da Política Pública de Participação

A história do movimento feminista tem ligação muito próxima com a democracia e a participação. Um dos maiores lemas dos direitos da mulher foi o direito ao voto na chamada primeira onda do feminismo, substanciado pelo apelo do sufrágio universal. A declaração Sêneca Falls, nos Estados Unidos, e o projeto de lei de John Stuart Mill, na Inglaterra, marcam a defesa da participação da mulher na democracia representativa, entretanto, foi do advento da Revolução Francesa que o feminismo ascendeu como modelo de mobilização por recursos políticos que favorecessem as mulheres em plano global.

Trazendo esse debate para atualidade, destacamos que o ano de 2011 foi o mais recente calendário para grande parte das mobilizações populares que conhecemos por Conferências de Políticas Públicas. Esse calendário se repete a cada quatro anos. E a Conferência da Mulher é uma das mais novas agendas de reuniões dessa natureza, pois, prematuramente se encontra na sua terceira edição.

A ideia de conferências de políticas públicas tem seu deslanche no legado da Conferência da Saúde, que data de 70 anos atrás, quando, em 1937 o artigo 90 da lei n.º 378 instaura a cultura da "participação popular" nos espaços democráticos fomentados pelo governo federal.

A composição das conferências de políticas para as mulheres segue esse padrão, pois são eventos instruídos a partir de um regimento interno e federal, formulado e difundido pela Secretaria Nacional de Política para as Mulheres da Presidência da República (SPM), que estabelece, entre outras coisas, como devem ser formadas as delegações que irão fazer parte das etapas seguintes de mobilização, respectivamente, estadual e nacional. Não

são todas as mulheres que são levadas às etapas seguintes, até Brasília, é claro, o modelo adotado para a seleção é o modelo de candidatura, articulação política entre as outras participantes e eleição da representante que irá “defender os interesses do seu grupo nas reuniões subsequentes”. Para a votação das personagens políticas, há um conjunto de legendas as quais as mulheres precisam identificar sua candidatura, ou seja, ensaia o pleito tradicional eleitoral, o que aproxima os movimentos de mulheres, nesse momento, às características dos partidos políticos.

Cada uma dessas legendas corresponde um setor da “sociedade civil organizada”, que por sua vez, dizem respeito aos organismos da sociedade (civil e política) fracionadas em interesses variados. Segundo a descrição dos segmentos sociais que podem compor a delegação de mulheres até a etapa nacional, as candidaturas precisam alinhar-se entre os seguintes organismos:

1	Movimento feminista
2	Acadêmicas e pesquisadoras da área de relações de gênero das universidades
3	Comitês de mulheres de partidos políticos
4	Movimento de mulheres negras
5	Movimento de mulheres indígenas
6	Movimento de mulheres rurais
7	Comitês de mulheres de sindicatos e associações de classe
8	Movimento de mulheres lésbicas
9	Movimento populares de mulheres (associações comunitárias e moradoras, clube de mães)
10	Conselhos dos direitos da mulher
11	Reeducandas do sistema semiaberto
12	Demais categorias

Fonte: DOEMS 7.980

O regimento estabelece ainda que a composição da delegação deve observar as dimensões de maioria da sociedade civil, em contrapartida às participantes governamentais. De acordo com essa determinação, então, a delegação de titulares eleitas para representar as mulheres que vai à Brasília contou com 60% dos segmentos que correspondiam à identidade política considerada “Sociedade Civil”. Sendo a outra parcela preenchida por integrantes governamentais ou as funcionárias de “secretarias da política para as mulheres”, isto é, as gestoras de políticas públicas que atuam nos municípios, correspondendo 40% das delegadas consideradas “natas” (porque possuem lugares demarcados de acordo com os cargos que ocupam).

A política de gênero nos espaços de governo

Em geral é uma determinação das diretrizes de implantação, que esses órgãos gestores estejam vinculados diretamente ao gabinete do poder executivo. Pois dessa forma, acredita-se dispor de mais ‘autonomia’ em relação às outras secretarias, que, segundo o principal argumento de criação dos organismos de política de gênero, alimentam outros tipos de interesses na condução das ações. Centrando ênfase na importância de um órgão específico.

Aliás, ‘autonomia’ é a palavra de ordem da Política para as Mulheres. Na edição atual das conferências o termo marca a estrutura dos blocos de discussão que ficam divididos em quatro tipos de autonomias:

Tema 1: Autonomia Econômica e Social: igualdade no mundo do trabalho e desafios do desenvolvimento sustentável (Eixo 1 do II PNPM)

Tema 2: Autonomia Cultural (Eixo 2 do II PNPM)

Tema 3: Autonomia Pessoal (Eixos 3 do II PNPM)

Tema 4: Autonomia Política, institucionalização e financiamento de políticas públicas para as mulheres (Eixo 5 do II PNPM)
(SPM, 2013, p. 7).

A conferência pelo interior dos estados não é diferente, já que o tema da autonomia foi o tema que substanciou os diários oficiais para a chamada das reuniões intermunicipais da jornada da Conferência da Mulher.

Autonomia, por consequência, é a principal justificativa para a criação dos organismos de políticas de gênero e da sua característica estrutural.

é importante que o mecanismo esteja vinculado à Secretaria-Executiva, ou estrutura equivalente, como forma de assegurar a interlocução necessária com todas as áreas da instituição, finalísticas ou não (SPM, 2011, p. 54).

O fato de a Secretaria de Políticas para as Mulheres ser um organismo destacado das demais secretarias e ministérios se constitui num fator simbólico para a teoria política feminista e é contemplado com bastante vigor no discurso das feministas e técnicas das secretarias. Entre, os argumentos válidos que a justificam está presente a altivez de possuírem um organismo nacional e este contar com *status* de ministério.

A decisão por vincular os organismos diretamente às secretarias executivas se deve ao fato de, assim, poder ter mais livre-arbítrio no planejamento e condução das ações formuladas pela pasta, tendo em vista a compreensão por parte do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Política para as Mulheres, que tal iniciativa favorece na interferência direta da captação de recursos a partir do Plano Plurianual, no intuito de influenciar os demais setores do governo com as políticas de gênero. Assim, as metas que são aconselhadas pelo documento de *Orientações Estratégicas para a Institucionalização da Temática de Gênero nos Órgãos Governamentais*, incluem:

a) Interferir na formulação do Plano Plurianual em relação à proposição de políticas que considerem a perspectiva de gênero; b) Estimular a reflexão conjunta entre as diferentes áreas da instituição a respeito da incorporação da perspectiva de gênero nas ações desenvolvidas e em outras que possam vir a ser implementadas, favorecendo o reordenamento da programação institucional em direção à transversalização de gênero no conjunto das políticas desenvolvidas; c) Garantir a articulação permanente entre todas as áreas da instituição – finalísticas ou não – para o planejamento, execução e monitoramento integrado de novas ações ou a adequação de ações já desenvolvidas em benefício das mulheres ou da igualdade de gênero; d) Desenvolver ações de capacitação das equipes – permanentes ou não – dos órgãos governamentais na temática de gênero, raça e etnia aplicadas à elaboração de políticas públicas, incluindo o planejamento e a dimensão orçamentária; e) Definir, junto às diferentes áreas, as prioridades de execução anual do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e coordenar as atividades de elaboração das propostas da instituição para as novas versões do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Essa atividade se dá em momento subsequente à realização das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres; f) Capacitar as equipes – permanentes ou não – para preenchimento do Sistema de Acompanhamento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e acompanhar a alimentação trimestral dessa ferramenta de monitoramento; g) Encaminhar servidoras/consultoras/estagiárias que apresentem denúncias ou demandas relacionadas ao aprimoramento das relações internas de trabalho às instâncias responsáveis (ouvidorias, recursos humanos, entre outras) e capacitar as equipes dessas esferas para o atendimento qualificado e humanizado (SPM, 2011, p. 53).

Desse modo de ver, as coordenadorias têm, então, um aspecto, digamos, “pedagógico” direcionado às outras secretarias temáticas que se relacionam com a questão de gênero e que são atingidas pela demarcação da questão da transversalidade de poder trabalhar com essas metas, mesmo que indiretamente.

A transversalidade é, neste sentido, a maneira como devem ser abordadas as ações consideradas estratégicas pelo movimento feminista em relação à execução da política de gênero. Segundo consta no documento de *Orientações...*,

transversalidade é, antes de tudo, um pacto de responsabilidades compartilhadas que deve envolver, no caso da Política para as Mulheres, todos os órgãos do governo e todos os entes federativos, garantindo-se a participação social. Isso porque somente uma ação conjunta de todos os setores pode obter sucesso em mudar a realidade de desigualdade entre homens e mulheres, tão candente e, ao mesmo tempo, tão cotidiana em nosso país (SPM, 2011, p. 6).

Sociologicamente, a transversalidade pode ser então entendida como uma agenda de mudança cultural, que, por sua vez é o pano de fundo principal da teoria feminista desenvolvida nos últimos tempos e perseguida pela ciência política das relações de gênero em diversos níveis de sua mobilização.

Assim sendo, o pensamento feminista se fundamentaria na transformação das mentalidades, acreditando que o trabalho pedagógico de formular novas consciências, nos transportará para o momento (histórico ou hipotético, isso não fica bem esclarecido dentro do pensamento feminista) em que a hierarquia entre os sexos não mais existirá. Foi nesse ponto que as teorias das democracias contemporâneas se encontraram com a teoria feminista – na indefinição concreta de quanto, onde e por quem será matizada essa proposta.

As teorias contemporâneas das democracias trabalham sob o mesmo pretexto de que seja construído um espaço, ao menos em hipótese, onde as hierarquias entre as relações políticas sejam abrandadas, e que, enfim, as pessoas possam reunir-se para debater quais os melhores caminhos serão tomados para resolver impasses como, por exemplo, onde serão aplicadas as verbas, e quais as emergências de infra-estrutura podem ser sanadas pela administração pública. Em síntese, essas propostas deparam-se com uma série de limitações. Uma delas e a mais célebre é que tentam conciliar ideais sociopolíticos dentro de um sistema pouco humanizado de organização social, como é o sistema capitalista.

Viana (2003) argumenta que,

a democracia burguesa se metamorfoseou em três formas principais, a saber: a) A forma democrática censitária (também chamada de “democracia parlamentar” e “estado constitucional”) e “liberal” que vai até meados do século 19; b) A democracia partidária liberal que predominou do final do século 19 até a Segunda Guerra Mundial; c) A democracia partidária burocrática, que se instaurou após a Segunda Guerra Mundial (VIANA, 2003, p. 37)

Os estudos cunhados por representantes da “nova gramática institucional da participação” advogam bastante confiança nos modelos participativos de democracia e fundamentam seus estudos científicos em Leonardo Avritzer, que procura destacar o caso do Brasil como uma dessas adaptações da democracia que têm dado certo, por conseguir realizar os ideais de igualdade e justiça, discordamos dessa visão por considerá-la prosaica. Assinalo que ideais ganham materialidade discursiva e se definem por adotar um caráter pressupostamente formal dos atos de participar por meio de indicadores de estatística, que tem como tema chave a defesa da criação de canais institucionais de participação dentro do sistema político estatal. Segundo isso, finda aí o exercício que faltava para a legitimação da cidadania de segmentos excluídos, defendendo esta com uma estratégia possível de autonomia das identidades subjugadas. Entretanto, distanciam-se das substâncias da ação popular, de resistência, denúncia e enfrentamento dos obstáculos concernentes ao Estado neoliberal em ampliar a consideração que adota de cidadania.

Lamentavelmente, esse programa de inclusão tenta ajustar as realidades geopolíticas de ser mulher num país tão desigual como o Brasil, dentro de um escopo de participação inexistente, criando a sensação de que as identidades devem ser corrigidas em

função da 'inclusão oferecida' pelo Estado. Assinalando o emprego do sinônimo de autonomia, a ilusão nacional de que os indivíduos estão amparados pelas mesmas condições de vida e oportunidades. Logo também, que nesses espaços criados e geridos pela sociedade política, as pautas não estão manipuladas pelo elitismo do sistema de representação, e que esses não são momentos de controle de mecanismos de gestão da sociedade.

Considerações Finais

Em síntese, as estratégias de participação não são suficientes para se consolidar dentro do plano liberal representativo a inclusão, quiçá, autonomia das mulheres. Por enquanto apenas servem para consolidar o ideal de autorização do Estado falar em nome delas por via do seu correspondente feminismo de estado. Isso mostra um arsenal que já vem sendo apontado há algum tempo, de que os movimentos sociais por ter um grande potencial de mudança, são cerceados pela ideologia política da participação, e quando se vinculam ao sistema liberal perdem, sem haja nenhum balanço crítico, seus caracteres de autonomia.

Hoje o grande desafio é a criação de um modelo democrático que favoreça a participação política e a inserção das classes e grupos subalternos nos temas da política. Temos em mente que o Feminismo carrega tais potencialidades de virar essa página, por ter sido o principal agente que trouxe à tona o problema, tal como se apresenta antagonicamente representante, alimentando uma instância que foi gerada pela necessidade de controle constante dos representantes nas tomadas de decisões coletivas.

Há outras abordagens mais sólidas para o movimento feminista, mas podemos arriscar, sem muitos equívocos, que no caso do feminismo nacional, basicamente ele se fragmentou, transformando uma poderosa vertente mobilizadora social que se *ongizou* e declinou em termos de criatividade e mobilização cultural e política.

Desta forma, a sugestão da atuação do movimento no Brasil é que as táticas adotadas de denúncias dos abusos e invisibilidades das mulheres na história social que relegou por muito tempo o sujeito feminino aos espaços de tutela do sistema patriarcal fez com que ocupasse lugar de destaque na 'abertura política' ou redemocratização dos espaços de decisão no país. No entanto, a configuração do movimento feminista sob bases dependentes da política estatal, assim como se assiste no cenário atual do feminismo, acabou criando uma enorme lacuna entre as mulheres da elite cultural e social e as mulheres das classes subalternas, ou a grande massa desassistida, que continua sem representante das suas realidades. Uma vez que o sistema elitista da democracia moderna e os modelos limitados de democracias são tendenciais e não dispõem de espaço para as bandeiras da classe que não seja a intelectualizada. Nesse caso, o que ocorre é mais uma demarcação de campo e apropriação das ações coletivas pela classe burguesa do Brasil, agora para determinar e organizar a vida e necessidade das mulheres no país.

Nota de Referência

¹ Disponível em: <http://www.canaonline.com.br/conteudo/encontro-cana-substantivo-feminino-abre-o-ano-safra2014>.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. **Orientações Estratégicas para Institucionalização da Temática de Gênero nos Órgãos Governamentais**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

Perspectiva Geográfica-Marechal Cândido Rondon, Ed. Esp., v. 11, n. 15, p. 269-278, jul.-dez., 2016

CRUZ, Fabiane Medina da. **Política para as Mulheres ou Feminismo de Estado? As Conferências da Mulher no Mato Grosso do Sul**. Universidade Federal da Grande Dourados, 2015. Dissertação de Mestrado.

GONÇALVES, Renata. O feminismo marxista de Heleieth Saffioti. **Lutas Sociais**, n. 27, p. 119-131, 2011.

LALANDER, Rickard. **Retorno de los Runakuna: Cotacachi y Otavalo, Abya-Yala**, Quito, 2010.

MESZAROS, Istiván. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

VIANA, Nildo. **Estado, Democracia e Cidadania. A Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo**. Rio de Janeiro, Achiamé, 2003.